

✓ Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível

Lea Carvalho Rodrigues¹

¹ Mestre em Antropologia Social e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, com pós-doutorado em Antropologia Social pelo Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, México). Atualmente está vinculada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: leaucf@gmail.com.

Resumo: O artigo considera a possibilidade de diálogo entre uma proposta de avaliação que vem se desenvolvendo ao longo do tempo no Brasil, no âmbito do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (Mapp) da Universidade Federal do Ceará (UFC), denominada avaliação em profundidade – bases conceituais, contextos, trajetórias, espectro espaço-temporal –, e proposições metodológicas da ecologia política – percepção dos atores envolvidos, diferenciais de poder e interesses – para o estudo de conflitos socioambientais. Esse diálogo foi proposto por Santos (2010) em artigo sobre o tema. A intenção no presente artigo é tomar as duas propostas metodológicas e sistematizá-las com o intuito de elaborar um quadro analítico que represente acréscimos qualitativos na avaliação de situações permeadas por conflitos, sobretudo os de ordem socioambiental. Para estimular a reflexão e verificar a pertinência da proposta analisaremos os dados coletados em um estudo etnográfico realizado na Vila de Jericoacoara, Ceará, Brasil.

Palavras-chave: metodologias de avaliação, avaliação em profundidade, ecologia política, conflitos socioambientais, turismo.

EN *In-depth evaluation and political ecology: a possible dialogue*

Abstract: This article considers the possibility of a dialogue between two approaches. The first one being an in-depth evaluation proposal that has been developed over time in Brazil within the scope of the Master degree in Public Policy Evaluation of the Federal University of Ceará (MAPP/UFC), along with the methodological propositions of political ecology for the study of socio-environmental conflicts. The anthropologist Santos (2010) proposed this dialogue in an article on the subject. The intention now is to take the two methodological proposals, systematize them and cross information with the intention of elaborating an analytical framework that represents qualitative additions in the evaluation of situations permeated by conflicts, especially those of a socio-environmental nature. To stimulate reflection and verify the relevance of the proposal, we will analyze the data collected in an ethnographic study conducted in the village of Jericoacoara, Ceará, Brazil.

Key-words: evaluation methodologies, in-depth evaluation, political ecology, socio-environmental conflicts, tourism.

ES *Evaluación en profundidad y ecología política: un posible diálogo*

Resumen: El artículo considera la posibilidad de diálogo entre una propuesta de evaluación que se ha desarrollado a lo largo del tiempo en Brasil, en el marco del Máster en Evaluación de Políticas Públicas (Mapp) de la Universidad Federal de Ceará (UFC), conocida por evaluación en profundidad – bases conceptuales, contextos, trayectorias, espectro espacio-temporal – y proposiciones metodológicas de la ecología política – percepción de los actores involucrados, diferenciales de poder e intereses – para el estudio de conflictos socioambientales. Santos (2010) propuso por primera vez este diálogo en un artículo sobre el tema. La intención en este artículo es tomar las dos propuestas metodológicas y sistematizarlas para desarrollar un marco analítico que represente incrementos cualitativos en la evaluación de situaciones conflictuosas, especialmente las socioambientales. Para estimular la reflexión y verificar la relevancia de la propuesta analizaremos los datos recogidos en un estudio etnográfico realizado en el Pueblo de Jericoacoara, Ceará, Brasil.

Palabras-clave: metodologías de evaluación, evaluación en profundidad, ecología política, conflictos socioambientales, turismo

FR *Évaluation approfondie et écologie politique: un dialogue possible*

Résumé: L'objectif de cet article est de réfléchir à la possibilité d'un dialogue entre, d'une part, une proposition d'évaluation approfondie développée au Brésil dans le cadre du Master en évaluation des politiques publiques de l'Université Fédérale de Ceará (MAPP/UFC) et, d'autre part, des propositions méthodologiques d'écologie politique, organisées par l'anthropologue Paul Little pour l'étude des conflits socio-environnementaux. L'anthropologue Santos (2010) avait proposé ce dialogue dans un article sur le sujet. L'objectif est maintenant de prendre les deux propositions méthodologiques, de les systématiser et de les croiser dans le but d'élaborer un cadre analytique représentant des ajouts qualitatifs à l'évaluation de situations de conflits, notamment celles de nature socio-environnementale. Pour stimuler la réflexion et vérifier la pertinence de la proposition, nous analyserons les données recueillies dans le cadre d'une étude ethnographique réalisée dans le village de Jericoacoara, dans l'état de Ceará, au Brésil.

Mots-clés: méthodologies d'évaluation, évaluation approfondie, écologie politique, conflits socio-environnementaux, tourisme.

Introdução:

Neste artigo é apresentada uma perspectiva teórico-metodológica para o estudo de políticas públicas em convergência com conflitos socioambientais. Mais especificamente, trata-se de tomar a proposta que vem sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP, da Universidade Federal do Ceará - UFC, denominada *avaliação em profundidade* (Rodrigues, 2008, 2013; Gussi, 2008; Gonçalves, 2008), que será melhor detalhada no decorrer desta apresentação, e colocá-la em articulação e diálogo com outra proposta recente e em expansão, a *ecologia política*, voltada em especial ao estudo dos conflitos socioambientais, mas que vem se mostrando profícua à análise de políticas públicas em geral, bem como sua avaliação.

A percepção sobre as possibilidades desta articulação foi feita, primeiramente, por Santos (2010). A partir dela se desenvolve, neste artigo, de forma mais sistemática, proposições metodológicas para a análise e avaliação de políticas públicas em situação de conflitos, sobretudo os de cunho socioambiental.

Toma-se como caso empírico o estudo que se realiza na costa Oeste do litoral do estado do Ceará, com a finalidade de compreensão dos efeitos das políticas de expansão do turismo sobre as populações locais e ambiente.

As pesquisas na Vila de Jericoacoara iniciaram em 2013 e rapidamente colocaram os pesquisadores frente à problemática de estudar políticas públicas em meio a conflitos socioambientais. Até então as pesquisas seguiam a proposta pensada para a *avaliação em profundidade* de políticas públicas (Rodrigues, 2008), com atenção à análise de conteúdo e às bases conceituais da Política Nacional de Turismo, a consideração dos contextos de formulação e de implementação das políticas a ela relacionadas, num acompanhamento processual dos acontecimentos e imersão nas particularidades locais¹ e então foi necessário buscar um referencial teórico-metodológico que facilitasse a apreensão dos conflitos e das questões ambientais emergentes na localidade. A *ecologia política*, com foco na rede de atores e interesses em jogo nesses conflitos, bem como na desigualdade de poder entre esses atores para concretizar as suas reivindicações no campo do conflito, mostrou-se como a perspectiva mais promissora. No entanto, o desafio que se apresentou foi quanto à possibilidade de articulação e diálogo entre essas duas propostas, tarefa que aqui se pretende enfrentar.

¹ Até aquele momento já haviam sido estudadas as localidades de Tatajuba, no município de Camocim, e Bitupitá, no município de Barroquinha. A respeito vide Rodrigues (2010, 2011b, 2015), Araújo; Aragão e Rodrigues (2014); Rodrigues e Santos (2012), Rodrigues e Araújo (2016), Santos (2010, 2011b).

Avaliação em Profundidade: uma proposta qualitativa para o estudo de políticas públicas.

Em primeiro lugar vale destacar que a *avaliação em profundidade* foi formulada a partir de uma insatisfação com os modelos vigentes e dominantes no campo da avaliação de políticas públicas, em especial os de cunho positivista, centrados no estudo das regularidades, formulados a partir de uma lógica linear, a-histórica e comprometida com os paradigmas racionalistas calcados na busca da verdade absoluta e que privilegiam a explicação sobre a compreensão. A *avaliação em profundidade*, com foco nas noções de processo, significado, compreensão e experiência se contrapõe a esses modelos e paradigmas de avaliação.

Para melhor compreensão das bases teórico-metodológicas que informam a proposta da *avaliação em profundidade* parte-se da premissa que toda proposta de avaliação está informada por pressupostos e concepções sobre ciência e a prática científica e que é importante ter clara a definição de avaliação que acompanha cada proposição (Rodrigues, 2008). O entendimento é que toda metodologia expressa um compromisso teórico e, portanto, paradigmático. Que se refere a pressupostos e conceitos, bem como a pontos de vista sobre a ciência, a construção do conhecimento científico e as formas de se analisar a realidade. Dessa perspectiva, esclareço que a concepção de avaliação inerente à *avaliação em profundidade* presume:

i) compromisso com o paradigma hermenêutico e, portanto, com a compreensão dos significados que formuladores de políticas públicas e respectivas instituições conferem às políticas, bem como os sujeitos tidos como seu público-alvo;

ii) avaliação como compreensão e não como valoração, de forma que importa menos saber se os resultados estão de acordo com o proposto e esperado. A relevância está na compreensão do fluxo da política e das significações e ressignificações que ela experimenta na dimensão espaço-temporal de forma que se entenda o processo que levou àqueles resultados, até mesmo a pertinência ou não da própria política, na forma como foi planejada.

iii) não separação entre análise e avaliação e, assim, uma visão de avaliação como não restrita à dimensão técnica;

iv) abordagem que considera contexto, historicidade e processo e tem um foco privilegiado na noção de trajetória, uma vez que esta permite apreender como e porque uma política se torna positiva ou negativa e os possíveis desvios e mudanças de rota na condução da política.

v) centralidade na agência e subjetividade dos sujeitos e das instituições, ou seja, naquilo que às vezes se considera como resultados inesperados e outras como entraves à execução da política;

vi) abordar todo o processo da política e não apenas os resultados, como faz-se nas avaliações que apenas confrontam os objetivos da política com os seus resultados mensuráveis.

As primeiras condições para a realização de uma *avaliação em profundidade*, expostas em Rodrigues (2008), são que esta consiga ser ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que exige uma abordagem multi e interdisciplinar. O diálogo com as propostas e questionamentos desenvolvidos por Lejano (2012) e Yanow (2000, 2003, 2009), por sua vez, corroboram a crítica ao modelo positivista de análise, centrado em um saber fragmentado, disciplinar e especializado. Concorde-se ainda com a proposta de Lejano (2012), quanto à consideração da incapacidade do paradigma vigente em fornecer soluções adequadas para problemas e fenômenos cada vez mais complexos. Isto significa que uma *avaliação em profundidade* não poderá se restringir à averiguação do cumprimento das metas propostas pela política e seus resultados, nos itens priorizados por um programa ou tão somente no atendimento às suas diretrizes.

Ao propor que a avaliação seja ampla, detalhada e densa, a referência principal é o antropólogo Clifford Geertz (1978), que prioriza a interpretação dos significados culturais, o que, traduzido para o campo de estudos em tela, demanda a busca dos significados da política para os que as formulam, executam e vivenciam. Isto implica, em primeiro lugar, que a pesquisa qualitativa ganha destaque. No plano prático, significa que a avaliação ultrapassa em muito a análise de dados estatísticos resultantes da coleta de dados por meio de questionários, ainda que estes contemplem perguntas abertas e forneçam ao entrevistado espaço para colocar suas ideias. A apreensão de significados exige a realização de entrevistas aprofundadas e abertas; ou seja, entrevistas que não conduzam o entrevistado à resposta e que não lhe cerceiem o campo de reflexão, já pressupondo razões para o sucesso ou fracasso da política ou do programa

em estudo ou para o esclarecimento de problemas constatados nas observações de campo, ou, ainda mesmo, para esclarecimento de dados coletados por meio de questionários ou provindos de estatísticas oficiais. Uma entrevista aberta e aprofundada de qualidade é aquela que resulta em informações e reflexões novas, sequer imaginadas pelo pesquisador. A riqueza dessa modalidade de entrevista é que ela fornece ao pesquisador as categorias importantes para a análise a partir das ideias, informações, reflexões e interpretações tecidas pelos próprios sujeitos e não aquelas estabelecidas antecipadamente pelo pesquisador.

Já o aspecto da multidimensionalidade, por si mesmo, conduz às abordagens multi, inter ou mesmo transdisciplinares, uma vez que exige a consideração de todas as dimensões relevantes de uma política em foco e isto demanda a articulação de diferentes especialidades como a ciência política, a sociologia, a economia, a história, a antropologia, o direito, e outras específicas à política em tela.

Na primeira tentativa de sistematização das dimensões imprescindíveis à realização de uma *avaliação em profundidade* (Rodrigues, 2008, p.11-12), os tópicos foram elencados dentro de quatro eixos principais de análise: 1) Conteúdo da política e/ou do programa, contemplando: formulação, bases conceituais e coerência interna; 2) trajetória institucional; 3) espectro temporal e territorial abarcado pela política/programa; e, 4) análise de contexto de formulação da política e/ou do programa. Considerando esses quatro eixos analíticos, será apresentado a seguir um detalhamento de cada tópico, bem como uma reflexão sobre seus limites e possibilidades, a partir de dados de pesquisas que se dedicaram a essa tarefa.

Quanto a análise de conteúdo da política ou programa, a proposta inicial considerou três dimensões centrais e diferenciadoras de abordagens de conteúdo que apenas sistematizam as propostas da política ou buscam o entendimento da filosofia da política. Na proposta aqui apresentada deve-se considerar: 1) a formulação da política; 2) os seus paradigmas orientadores; 3) a sua coerência interna.

O primeiro tópico foi pensado apenas como o exame do material institucional, mas pesquisas realizadas no Mapp, como Chaves (2010) e Pinto Jr. (2010), ampliaram essa perspectiva. Estes autores aliaram a análise de conteúdo à noção de trajetória e mostraram que a apreensão das bases conceituais de uma política ou programa ganha maior consistência quando além do material institucional o pesquisador contempla entrevistas com os sujeitos que participaram do processo de formulação da política em seus diferentes momentos².

O segundo tópico diz respeito a análise de contexto. Esta pede o levantamento de dados que possibilitem compor o(s): 1) contexto de formulação da política; 2) contextos político-econômicos relativos

² Para uma melhor apreensão das considerações metodológicas sobre estas e outras pesquisas de avaliação realizadas no Mapp vide Rodrigues (2011a).

ao processo da política no tempo, sobretudo no que se refere ao entendimento de como a mesma é executada em diferentes governos; 3) contextos locais de implementação da política, referindo-se às dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais presentes nas localidades/territórios/regiões foco de efetivação da política.

O contexto de formulação da política pede um levantamento de dados sobre o momento político, as condições socioeconômicas e as articulações entre as esferas local, regional, nacional, internacional, e mesmo transnacional, que lhe deram sustentação. Ou seja, é importante que se dê atenção ao Marco Legal e aos contextos em que foram instituídos ou ocorreram modificações na política.

Os contextos políticos econômicos pedem a atenção às mudanças ocorridas nos períodos que antecederam o momento da avaliação, pois mudanças de governo e reformas ministeriais, por exemplo, alteram toda a cadeia hierárquica envolvida com a política, o fluxo de recursos e o gerenciamento da política. Assim, é fundamental nesta proposta a apreensão dos diferentes modelos político/econômicos que acompanham o percurso da política, do lugar que o social ocupa em diferentes modelos, além da verificação da sobreposição de outras políticas ou programas àquela em estudo. Ou seja, é preciso ver a política ou programa como parte de um conjunto de ações que expressa, de uma forma mais abrangente, modos particulares de conceber a política, em seu sentido mais amplo.

O terceiro ponto, referente aos contextos locais de implementação da política, pede uma ênfase maior à dimensão cultural, que é fundamental à compreensão das especificidades locais, com possível questionamento quanto às propostas generalizantes de implementação e gestão da política.

Com respeito a todos os aspectos citados, é importante perceber como são acionados elementos de ordem simbólica – valores morais, cívicos e éticos; ideias e símbolos articulados a ideologias do progresso e da modernização, representações particulares de ordem étnica ou identitária, dentre outros.

Outro eixo analítico, a trajetória institucional, é um dos pontos mais importantes para o entendimento do que realmente ocorre quando se implementam ações no âmbito de uma política gestada nas esferas superiores, principalmente quando, em razão dos processos de descentralização, é dada autonomia às esferas regionais e locais, e é também a tarefa de mais difícil consecução. A reconstrução da trajetória institucional vem sendo especialmente desenvolvida por Gussi (2008) a partir da ideia de que o princípio de legitimação dos conceitos, regras, normas, valores e ações das instituições são comumente naturalizados e a tarefa do pesquisador é exatamente desvendar os diferentes significados dados a esse conjunto de ideias e ações.

Destaco, ainda, que a estratégia metodológica de reconstrução de trajetórias, no caso das políticas públicas, comporta diferentes percursos: 1) trajetória da própria política e do conteúdo desta política, sua interpretação e ressignificação por diferentes pessoas e instituições que compõem a rede de atores relevantes na formulação e implementação da mesma; 2) articulação com a trajetória dos diferentes governos envolvidos com a referida política, nas esferas federal, estadual e municipal; e, 3) trajetória dos recursos e suas implicações no fluxo da política, o que demanda uma articulação com outro eixo analítico, o espectro temporal e territorial, a seguir apresentado.

Este, assim como a *trajetória da política*, tem como foco os deslocamentos de uma política por espaços socioculturais distintos. Comporta, do ponto de vista macroestrutural, não apenas o trânsito pelas esferas federal, estadual e municipal, mas a apreensão da efetivação da política em contextos diversos. A atenção é dada à variada gama de apropriações e interferências – conforme os interesses, jogos de poder e forças políticas locais –, podendo levar a resultados distintos, bem como revelar inadequações na forma como a política foi pensada, formulada e implantada, em razão de particularidades que dizem respeito à dimensão sociocultural local e/ou regional. Quanto a este aspecto, Gonçalves (2008, 2010) contribui sobremaneira ao afirmar a necessidade de construção de indicadores socioculturais. Em suas palavras, “Trata-se de conhecer, para além dos indicadores quantitativos de renda e de pobreza, quem está recebendo a política pública e como a ressignifica? Em que contexto? Quais mediações de ordem simbólica e política a atravessam?” (Gonçalves, 2008, p.22).

Apesar de considerarmos esta proposta como inovadora na área de avaliação de políticas públicas, ressaltamos que das discussões desencadeadas quando das tentativas de operacionalização dos referenciais da *avaliação em profundidade*, emerge uma lacuna, que diz respeito a como tratar os interesses dos atores/grupos envolvidos com a política, bem como a desigualdade de poder existente entre eles. É esta lacuna que procuraremos resolver na próxima seção.

Ecologia Política: uma proposta crítica para o estudo de conflitos socioambientais

O desenvolvimento da ecologia política como campo de discussões, cuja perspectiva teórica inovadora no estudo da problemática ambiental se deu a partir dos anos 1970, remete a um contexto de intensificação das preocupações com a degradação do meio ambiente, a chamada crise ambiental que se instalou em dimensões

globais desde meados do século XX. Frente a esse quadro emergiram propostas que buscam responder aos desafios da crise ecológica global como o conceito de *desenvolvimento sustentável* que tenta equacionar questões relativas ao desenvolvimento econômico com aquelas concernentes ao meio ambiente.

Para Muniz (2009) esses esforços de superação da dicotomia natureza/cultura juntaram-se ao “surgimento de uma crítica ambiental da sociedade industrial emanada de um movimento simultaneamente político e acadêmico denominado ecologia política” (p.184). Tal movimento, segundo a autora, “trouxe para a discussão acadêmica e intelectual a ‘crise ambiental’, como resultante do colapso entre crescimento econômico e a base finita dos recursos naturais” (idem).

Para Robbins (2012), a base teórica dessa perspectiva crítica se dá dentro do paradigma neomarxista, mas em confluência com abordagens denominadas pós-estruturalistas como as de Bruno Latour e a proposição de uma simetria entre natureza e cultura, indivíduo e sociedade, entre a agência de humanos e não humanos, de objetos e coisas (LATOURE, 1994, 2012). Ou seja, trata-se de uma abordagem transdisciplinar, como observa Little (2006), marcada por uma perspectiva holística propositora do entendimento integral dos fenômenos estudados.

Ainda segundo Robbins, e como ponto de partida para uma reflexão a partir da ecologia política, o entendimento deve ser que “as mudanças ecológicas e a crise ambiental são produto de processos políticos” (ROBBINS, 2012 p. 19-20). Como tal, pede uma abordagem que abarque as relações de poder entre os atores envolvidos nos conflitos socioambientais, interações num âmbito mais amplo, que dizem respeito às relações sociais, naturais ou socioambientais, assim como de contextos, além do desenvolvimento de metodologias processuais que priorizam o acompanhamento dos fluxos (LITTLE, 2006). Diz o autor que uma etnografia dos conflitos socioambientais deve em primeiro lugar identificar os atores que estão relacionados uns com os outros; em seguida deve perceber as interações desses atores com o meio biofísico e social e, por fim, deve sistematizar as reivindicações de cada um desses atores/grupos e os diferenciais de poder entre eles. O entendimento do conflito, para o autor, pede, ainda: i) identificação das polarizações, dos interesses e reivindicações em jogo; ii) mapeamento das alianças e coalizões e, iii) análise das táticas e estratégias acionadas pelos diferentes atores.

Se confrontamos esta proposta com a da *avaliação em profundidade*, veremos que há uma confluência quanto à importância central da identificação dos atores – na ecologia política referidos ao conflito socioambiental, na *avaliação em profundidade* às pró-

prias políticas – e dos contextos, assim como a importância dada às noções de processo e fluxo. Uma política, tanto quanto um conflito socioambiental pode variar no tempo, estando ora mais atuantes, ora em estado de latência. Vale ressaltar, entretanto, que a ecologia política traz para a *avaliação em profundidade* uma perspectiva crítica acionada pela confluência do paradigma hermenêutico com o paradigma neomarxista. É realmente possível tal articulação, poderíamos nos perguntar. Como bem observa Oliveira (2000) “nunca é demais insistir que a hermenêutica não veio para erradicar os paradigmas, hoje chamados tradicionais, mas para conviver junto a eles, tensamente, constituindo uma matriz disciplinar efetivamente viva e produtiva” (p.64).

Avaliação em profundidade e ecologia política no estudo de Conflitos socioambientais em Jericoacoara

A Vila de Jericoacoara está situada, de forma atípica, dentro do Parque Nacional de Jericoacoara – PARNA Jeri. É uma peculiaridade sua, pois estando localizada, hoje, dentro do Parque Nacional pertencente à União, não faz parte da reserva, mas sim do município de Jijoca de Jericoacoara, o que a torna praticamente uma ilha, cercada de um lado pelo Parque composto de dunas e de outro pelo mar. O município de Jijoca de Jericoacoara, localizado no estado do Ceará, Brasil, está situado no litoral Oeste do estado, a cerca de 310 quilômetros de Fortaleza. Já a Vila de Jericoacoara, como expõe Fonteles (2000), está a 18 quilômetros do centro de Jijoca, como é mais conhecida a sede do município, entre dois rios: Acaraú e Coreaú.

Os conflitos socioambientais em Jericoacoara iniciaram em novembro de 2013, quando foi realizada a primeira reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Jericoacoara – CONPARNA, para apresentação de estudos preliminares feitos por uma empresa de consultoria contratada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio para subsidiar os editais de concessões à iniciativa privada de infraestruturas e serviços no Parque Nacional de Jericoacoara, na modalidade Parceria Público Privada - PPP. Segundo informações divulgadas no site oficial do ICMBio, a proposta teve boa acolhida dos conselheiros e a apresentação oficial dos estudos ocorreria em janeiro de 2014. A reunião, prevista para janeiro, foi adiada para 12 de fevereiro de 2014. Na ocasião os representantes do ICMBio, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e o consultor da empresa IDOM, contratada pelo ICMBio, apresentaram os resultados de

estudos efetuados com o fim de subsidiar o processo de efetivação da concessão à iniciativa privada da operação dos serviços e infraestruturas no PARNA Jeri.

A reunião ocorreu com massiva presença de moradores da Vila de Jericoacoara e autoridades locais e os debates geraram polêmica sobre a forma como seriam afetados por estas medidas os que vivem do turismo na localidade e adjacências, os moradores, os turistas de menor poder aquisitivo que teriam que pagar para permanecer na vila, e o meio ambiente, caso fossem construídos hotéis e restaurantes como previsto nos estudos apresentados. Além do mais, entendiam esses moradores que a construção de passarelas, lojas e mirante na região da Pedra Furada, uma das maiores atrações turísticas da localidade, descaracterizaria completamente o turismo que até então se praticava em Jericoacoara, que poderia ser classificado como um turismo ecológico avesso às formas padronizadas do turismo tradicional³.

O turismo até então praticado em Jericoacoara se aproximava ao *backpacker*⁴, turismo de baixo custo e com maior rusticidade, com grande interação com a cultura local. Este tipo de turismo é definido por Oliveira (2008, p.01) como aquele em que o turista pratica o “turismo independente, viajando para estadias longas e com a intenção de visitar vários destinos durante a mesma viagem”. Diz também respeito a uma forma de viajar que se propagou nos anos 1970, na esteira do movimento *hippie*, e marcou a configuração de alguns destinos turísticos, como é o caso de Canoa Quebrada e Jericoacoara, no Ceará; Trancoso e Arembépe, na Bahia; Praia do Conde, na Paraíba; Zipolite, Isla Holbox⁵, Puerto Escondido y Huatulco, no México⁶. Desta forma, entendeu a maioria dos presentes à reunião que se a proposta da Parceria Público Privada (PPP) fosse levada a efeito, então, “Jericoacoara acabou”⁷, ou seja, não existiria na forma então vigente nem o tipo de turismo que a lançou como destino turístico.

Uma vez o conflito instalado na localidade, optou-se por uma pesquisa baseada nos princípios metodológicos e analíticos da *avaliação em profundidade* – foi feita a análise de conteúdo das políticas envolvidas, empreendeu-se um estudo eminentemente qualitativo na localidade, de uma perspectiva etnográfica (MARTINS, 2019), atentando sobretudo para os processos que conduziam ao conflito e como se articulavam à Política Nacional de Turismo e às Políticas de Meio Ambiente (VASCONCELOS, 2019). Da perspectiva da *ecologia política*, cujos dados serão aqui apresentados de forma mais detalhada, a metodologia da pesquisa baseou-se nas proposições de Little (2006) para o estudo dos conflitos socioambientais. A proposta foi tomar como foco relações: sociais, naturais ou socioambientais; foi dada especial importância ao contexto e às metodologias

³ Com a expressão *turismo tradicional me refiro ao turismo efetivado por meio de agências de turismo, que oferecem pacotes de viagens, com suporte e infraestrutura local de alto padrão, planejamento de atividades, demarcação de horários, locais para visita (roteiros), etc., ou seja, um turismo objeto de um macroplanejamento, terminologia que Barretto (2003) considera parte dos elementos que configuram a oferta turística.*

⁴ *Turismo backpacker é uma viagem de baixo custo, praticada por turistas “independentes” que usam transportes públicos, hospedam-se em hostels e fogem às atividades do turismo de massa. A respeito, vide Hampton (1998) e SILVA (2018).*

⁵ *Sobre o turismo na Isla Holbox, ver López Santillán (2010) Hampton (1998) e SILVA (2018).*

⁶ *Sobre o turismo nas praias de Oaxaca, México, ver Garibay (2012).*

⁷ *Frase pronunciada por várias vezes durante o evento em tela.*

processuais “onde o acompanhamento dos fluxos (de energia; de pessoas; de sementes; de ideias; de pólen; etc.) e a identificação de sua dinâmica interna é uma parte essencial da pesquisa” (LITTLE, 2006, p.91). Para o autor, conflitos socioambientais “referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (idem).

Do ponto de vista metodológico, a proposta recomenda: a) identificar os atores, e os recursos ambientais envolvidos no conflito; b) perceber e analisar as interações dos atores entre si, com o meio biofísico e social; c) elencar as reivindicações de cada ator percebendo as específicas cotas de poder. Isto para o autor permite entender a dinâmica do conflito e como ele se altera ao longo do tempo, tornando-se mais ou menos evidente dependendo dos contextos (LITTLE, 2006, p.92). A atenção a esta dinâmica do conflito, por outro lado, permite identificar posições e polarizações, mapear alianças e coalizões e as mudanças ao longo do tempo.

Seguindo esta proposta, vamos, no Quadro I, a seguir, elencar os atores envolvidos no conflito, sua forma de atuação em relação à localidade, os interesses envolvidos e a natureza dos conflitos existentes.

W	Esfera	atuação	Interesses	Conflitos
União	Federal	Gerenciamento e Controle da área referente ao PARNA Jeri	Entregar a Administração dos Parques Nacionais à concessão privada, com menor custo e interferência do Estado	Parte dos moradores e pequenos empresários temem a descaracterização da Vila, em razão dos interesses de mercado.
Governo Federal	Federal	Elaboração de políticas de Expansão turística e meio ambiente (Mtur e MMA)	Promover a expansão turística na Vila de Jericoacoara e concessão do PARNA Jeri	Por meio do ICMBio conflito com moradores, empresários e turistas (construção de edificações irregulares; acesso a áreas de conservação)
ICMBio (MMA)	Federal	Gerenciamento e fiscalização do PARNA Jeri	Preservação dos ecossistemas naturais.	Desrespeito às normas que regem os Parques Nacionais (moradores, empresários e turistas)

Governo CE	Estadual	Administrar e gerir o estado CE Conferir Licenças ambientais pela SEMACE (secretaria de Meio Ambiente do Ceará)	Promover a expansão turística na localidade. Participação nos ganhos da cobrança de taxas.	1. Disputa c/ a União s/ administração e gerenciamento do PARNA Jeri; 2. Atua frente às disputas entre municípios do entorno do PARNA Jeri.
PM Jijoca de Jericoacoara - PMJJ	Municipal	Administrar e Gerir o Município de Jijoca de Jericoacoara	Aumentar a demanda turística para a Vila e a Sede do município. Auferir ganhos com a cobrança de taxas (turistas, empresários e autônomos)	Moradores e representantes locais (Vila) reclamam da falta de atuação da prefeitura em Jeri. A PMJJ estaria apenas auferindo os ganhos e investindo na Sede. A taxa/dia para turistas foi objeto de grande polêmica.
PM Camocim	Municipal	Administrar e gerir o município de Camocim	Participar e usufruir dos ganhos do turismo realizado em Jericoacoara	Participou das disputas sobre a instalação do aeroporto internacional e s/ usufruir dos resultados de cobrança de taxas.
PM Cruz	Municipal	Administrar e gerir o município de Cruz	Participar e usufruir dos ganhos do turismo realizado em Jericoacoara	Com os municípios que almejavam a obtenção do aeroporto.
CAGECE – Cia de água e Esgotos do Ceará	Estadual/privada (economia mista)	Presta serviços de abastecimento de água	Regularização dos poços artesianos irregulares existentes (cadastro e cobrança de taxa pelo uso da água)	Conflitos com moradores por ocasião de transbordamento dos esgotos. Estes apontam falta de dados s/ a capacidade do lençol freático.

Aeroporto	Federal	Oferta de voos diretos regulares. Aumenta o fluxo turístico na Vila.	Promoção do destino e aumento da demanda turística	Disputas entre os municípios que estão no entorno do PARNA Jeri c/vistas à obtenção do aeroporto. Impactos sobre ambiente (PARNA) e sobre a Vila.
Turistas	Nacional/ internacional	Visitam a localidade e são a razão da atuação dos demais atores	Conhecer a localidade (Lazer e aventura), contando c/ infraestrutura local: transportes, hospedagem, alimentação e passeios.	ICMBio: desrespeito às leis que regem os Parques Nacionais, geração de lixo, alto consumo de água.
Caminhoneiros/bugueiros	Local (Vila)	Fazem o traslado de turistas, moradores e trabalhadores entre Jijoca e a Vila. Passeios turísticos.	Manter tráfego pelas dunas que ligam a sede do município a Jericoacoara.	Em 2013 pressionaram a PMJJ a se colocar contra a PPP, pois seriam atingidos pela proibição de trânsito pelo Parque.
Guias Turísticos	Local (Vila)	Guias no percurso entre a sede do município e a vila, quando era permitido o trânsito de veículos e estacionamento na entrada da vila.	Manter a permissão p/ trânsito de veículos pelo PARNA, para acesso à Vila.	Em menor número e capacidade de pressão, organizaram-se em associações seguindo determinações da prefeitura.
Vendedores ambulantes	Local (Vila)	Oferecem alimentos, bebidas e produtos artesanais a baixo preço	Obter permissão para continuarem com as vendas de produtos artesanais.	Pouco poder de pressão. Organizaram-se em associações seguindo determinações da prefeitura.
Conselho Comunitário	Local (Vila)	Defesa dos interesses dos moradores da vila	Intermedia as relações dos locais com a prefeitura.	Intermedia conflitos locais: transportes, lixo, ambiente, violência, etc.

Associações diversas	Local (Vila) e entorno	Coletivos de trabalhadores que se uniram em razão das mudanças	Garantir as condições de trabalho quando da concessão do Parque	Poder de presença varia conforme a representatividade do grupo. Grupo mais forte: condutores de veículos 4x4.
Pousadas, hotéis, restaurantes e comércio	Local (Vila)	Diversos tipos de comércio e serviços	Expansão do turismo. Grande parte vê positivamente a concessão do Parque	Pequenos e médios proprietários tendem a agir coletivamente quando são moradores da Vila. Grandes hotéis não participam da vida local e suas reivindicações.
Edificações	Local (Vila) e Federal (PARNA Jeri)	Infraestrutura para moradores e turistas	Atender demanda de moradores e turistas: hotéis, pousadas, residências, prédios comerciais e de serviços.	1. Invasão de construções na área do PARNA (conflito c/ ICMBio). 2. Impedem a ação dos ventos sobre as areias (formação de dunas).
Ventos	Federal	Movem as areias que formam as dunas	Precisam ter o caminho livre para a formação das dunas	Casas construídas no caminho de formação da principal duna, cartão postal de Jericoacoara, bloqueiam a ação dos ventos.
Areias	Federal	São movidas pelo vento e alteram a paisagem local	Parte dos atrativos locais. Precisam da força dos ventos para sua continuidade.	A duna do pôr do sol vem aplainando em razão do bloqueio dos ventos.

Águas	Federal(mar) /Municipal (Vila)	O PARNA Jeri adentra 1 km de mar na sua faixa litorânea. A Vila situa-se sobre lençol freático de dimensões não conhecidas.	São principal atrativo turístico: mar e lagoas. Sua preservação é a garantia de existência da Vila e do turismo.	CAGECE visa regularizar poços artesianos, mais preocupada com a cobrança de taxas do que levantamentos sobre capacidade de carga da Vila.
-------	--------------------------------	---	--	---

Como é possível verificar no quadro apresentado, as ações dos governos federal, do estado do Ceará e do Município de Jijoca de Jericoacoara, vêm procedendo no sentido de expandir o turismo na Vila de Jericoacoara, buscando cada uma dessas esferas usufruir positivamente dos resultados obtidos ou em expectativa de se concretizar futuramente. Trata-se, portanto, de políticas públicas de incentivo ao turismo na localidade. Como afirmamos em Rodrigues (2008) é importante atentar para o processo da política no tempo, conforme os diferentes governos que as implementam e os respectivos contextos políticos, econômicos e sociais. Desta forma, se observarmos os primeiros Planos Nacionais de Turismo, elaborados a partir de 2003 com uma visão regionalizada do turismo e o foco em roteiros, veremos que o *Rota das Emoções*, que se inicia em Jericoacoara e termina nos Lençóis Maranhenses, foi considerado um dos mais importantes do Brasil. Observaremos, também, que desde a criação do Ministério do Turismo, em 2003, os sucessivos PNTs apresentam como meta estimular o consumo do turismo em todo o país com os objetivos de aumentar a demanda nacional e internacional, com criação de empregos e inclusão social⁸. O próprio texto da Lei Geral do Turismo⁹ pode ser visto como uma tentativa de conciliar dois paradigmas opostos (RODRIGUES, 2011a). Dada a polissemia dos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, conclui a autora pela dificuldade da Política Nacional de Turismo atender integralmente aos seus objetivos. “Como esperar que chefes de governos locais e empresários do setor turístico ajam em conformidade com as diretrizes da política no que se refere ao respeito às populações tradicionais e ao meio natural?”, questiona Rodrigues (2011a p.66).

Vasconcelos (2019 p. 42) mostra como, a princípio, quando da proposta da PPP, ocorreu a aliança entre os diferentes interesses emergentes na localidade e a Prefeitura Municipal de Jijoca, colocando-se esta contra a proposta do governo federal. O Quadro

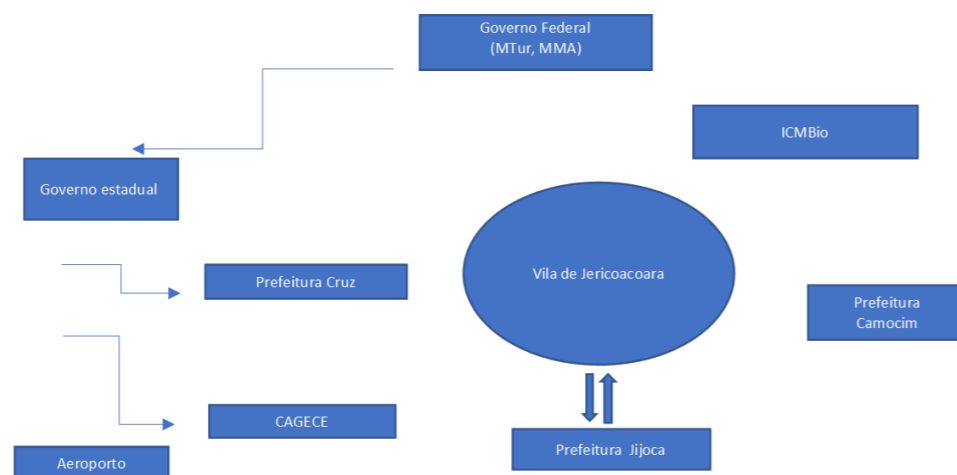
⁸ Para uma melhor apreciação do conteúdo dos Planos Nacionais de Turismo, de 2003 a 2018, vide Vasconcelos (2019). Como subsídio para a realização de uma análise de conteúdo da Política Nacional de Turismo vide Rodrigues (2011).

⁹ Lei nº 11.771/08, de 17/09/2008.

I, mostra, efetivamente, que os atores locais mantem relações mais próximas com suas entidades representativas e com as prefeituras às quais pertencem a Vila e a área do Parque Nacional, em conformidade ao exposto pela autora. Em razão da situação específica da Vila de Jericoacoara, totalmente cercada pelo PARNA Jeri, A Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara tem centralidade nos processos de negociação locais, estaduais e federais.

Estas relações entre as distintas esferas de governo estão explicitadas no gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 01: Conflitos socioambientais em uma perspectiva transnível: esferas federal, estadual e municipal em suas inter-relações e com a Vila de Jericoacoara.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Rodrigues e Martins (2019), Martins (2019) e Vasconcelos (2019).

No gráfico acima deve-se considerar as flechas que se originam na Vila de Jericoacoara como sinalizadoras da saída de recursos desta para as esferas municipal, estadual e federal, enquanto as flechas que convergem para a vila indicam as instâncias causadoras de pressão sobre a mesma. Também ficam claras as alianças entre as distintas esferas de governo quando, por exemplo, da concessão de recursos e autorização para a construção do aeroporto no município de Cruz.

Já a pesquisa desenvolvida por Martins (2019) expõe com detalhes o processo de discussão e implementação da taxa de turismo, assim como a ação da prefeitura do município de Jijoca de Jericoacoara na organização dos diferentes tipos de vendedores de produtos e serviços que até então atuavam na Vila em situação de informalidade. No Quadro 1 esses diferentes trabalhadores estão representados por suas respectivas associações e no Gráfico acima

encontram-se no interior da Vila, representando os atores com menor poder de barganha frente à esfera federal, mas, como mostram os dados etnográficos, com fortes clivagens na esfera local e acesso diferenciado às instâncias superiores.

Voltando ao Quadro I, e ainda seguindo as proposições de Little (2006), considerou-se fundamental os atores não humanos para o entendimento dos conflitos socioambientais na Vila de Jericoacoara, como as forças biofísicas e elementos materiais, no caso, as edificações. As forças biofísicas são, para o autor, mais do que um simples contexto onde atuam forças sociais, porque estas “operam segundo suas próprias dinâmicas internas, as quais constantemente modificam as relações ecológicas em disputa” (LITTLE, 2006, p.94). Quando se procura compreender as relações entre atores humanos e não humanos, percebe-se a interação ecológica entre eles: humanos (turistas) que afluem para a localidade em razão das belezas naturais e atraem mais humanos para ali se instalar (moradores, trabalhadores, empresários) e constroem casas, pousadas, comércios variados, e, ao assim proceder, entram em interação com os elementos naturais, alterando paulatinamente a paisagem local, mas também sofrendo os revezes desta interferência na localidade. O maior atrativo de Jericoacoara, a duna do pôr do sol, está se desfazendo em razão das edificações na área de curso dos ventos. Na época das chuvas ocorrem enxurradas que levam as areias das principais ruas em direção ao mar, não há permeabilidade do solo capaz de absorver o grande volume de água. Em época de superlotação da Vila, quando triplica o número médio de pessoas, falta água, às vezes luz, e os esgotos podem transbordar, mas os turistas continuam chegando e novas pousadas vão se instalando, agora na região mais periférica e atrás das dunas, ou seja, incrementando ainda mais a barreira das edificações que alteram o percurso dos ventos.

No Quadro I procurou-se a identificação dos principais atores e dos conflitos existentes a partir da constatação dos interesses e reivindicações. Já o Gráfico 1 procurou explicitar visualmente o conjunto de forças em ação e os dados etnográficos permitem a análise da situação a partir das diferentes perspectivas dos atores, na esfera local. O intuito é captar o que Krippendorff (1989) identifica como forças ou subsistemas em que as representações sociais se expressam: o subsistema sociocultural (valores, relações sociais); o ecológico (meio ambiente e recursos naturais); o econômico (economia e relações produtivas) e o político (Estado, políticas públicas e relações de poder).

Passemos, portanto, à percepção das diferentes cotas de poder nas disputas. As mudanças advindas com a referida Concessão do PARNA Jeri implicarão em:

1) A cobrança de taxas para adentrar o Parque reflete positiva-

mente para o ICMBio, o governo do Estado do Ceará e os municípios envolvidos: Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Cruz. Por outro lado, afeta negativamente os interesses de albergues e pequenas pousadas que recebem turistas de baixo poder aquisitivo, e, em decorrência, o pequeno comércio de alimentos que tem nesse contingente de turistas seu público principal. A medida também limita a entrada na vila de comerciantes esporádicos e visitantes de um dia, o que é visto positivamente pelos que advogam a elitização do público que transita em Jericoacoara. Afeta, inclusive, um contingente de moradores temporários que se estabelecem por períodos curtos, de três a seis meses, para trabalhar nas atividades turísticas, muitos deles atraídos a estas atividades pelas belezas do lugar e seu modo de vida particular.

2) A expectativa é que o gerenciamento do parque por uma empresa privada resolva problemas referentes ao controle do tráfego de veículos e animais que transitam nas áreas do parque, o que representaria um desaforo para as preocupações do ICMBio em fazer valer as leis ambientais na localidade, e, conseqüentemente, o próprio meio ambiente. Por outro lado, tal medida afeta os moradores que se dedicam à criação de animais e ao seu modo de vida próprio.

3) O maior controle sobre quem entra e sai da Vila tem efeitos positivos para boa parte dos moradores, com o aumento da segurança; mas, de outro lado avalia-se que isto redundaria em um processo de elitização do turismo na localidade, com exclusão de pessoas de menor poder aquisitivo e possível expulsão de moradores com baixos recursos.

4) Já o fechamento do estacionamento na Vila afeta os guias que faziam o trânsito de turistas motorizados entre a sede do município de Jijoca de Jericoacoara e a Vila.

5) Os trabalhadores que vivem em localidades distantes e necessitam transporte para chegar e voltar da Vila todos os dias, como mostra Martins (2019), são prejudicados porque interessa aos condutores de veículos os turistas que pagam valores mais elevados.

Dessa forma, temos elementos que permitem a formulação de um quadro que expresse e sintetize as diferentes cotas de poder dos atores envolvidos se os agruparmos segundo algumas categorias classificatórias. Consideraremos pelo sinal (+) aqueles que têm articulação com as esferas governamentais nos níveis superiores, atingindo a esfera federal. Pelo sinal (m) designaremos aqueles que têm articulações com atores situados entre as diferentes esferas e atuam como intermediários para o acesso aos níveis superiores. Com o sinal (-) classificaremos aqueles cujas relações estejam restritas à esfera local.

Quadro 2: Os diferentes atores segundo as respectivas cotas de poder.

Esfera	atores	Cotas de poder
governamental	Governo Federal (MMA, Mtur); ICMBio; Governo Estadual; Prefeitura Jijoca de Jericoacoara, Prefeitura de Cruz; Prefeitura de Camocim, CAGECE.	(+)
Nacional/ Internacional	Grandes e médios empresários do ramo turístico (não atuam diretamente nos conflitos); associações empresariais.	(+)
Local	Empresários do ramo turístico (hotéis, pousadas, restaurantes, bares e comércio de médio porte), associações de condutores de veículos e transportes em geral.	(m)
Local	Associações de trabalhadores informais e produtores artesanais, guias turísticos, ambulantes, pousadas, bares e restaurantes de pequeno porte.	(-)

Fonte: elaboração própria a partir de Rodrigues e Martins (2019), Martins (2019) e Vasconcelos (2019).

Vale destacar, ainda, que os efeitos das medidas a serem implementadas envolve interesses políticos e eleitorais (o que coloca por vezes o município de Jijoca de Jericoacoara em confronto com os municípios vizinhos, com o governo do Estado do Ceará, O ICMBio e outras instâncias federais e estaduais). Está em questão a autonomia do município frente às demais instâncias, mas também os interesses eleitorais que, por outro lado, colocam a sede do município em conflito com a população da Vila de Jericoacoara, por meio de sua representação associativa (Conselho Comunitário) cuja diretoria, entrevistada em diferentes momentos, afirma que “Jijoca de Jericoacoara só cresce devido ao turismo em Jeri”, mas é a vila continuamente penalizada porque a maior base eleitoral para prefeito e secretários está situada na sede, em Jijoca.

Finalmente, pode-se concluir a partir do Quadro 2, acima, que de todo o processo os grandes beneficiários serão as instâncias

políticas e organismos públicos, assim como grandes e médios empreendedores turísticos, enquanto sofrerão perdas e terão menor poder de barganha nessas disputas os pequenos comerciantes do ramo turístico, ambulantes não membros de alguma associação e turistas de baixo poder aquisitivo o que indica os caminhos de um turismo elitizado, excludente, massificado e mais ainda destruidor dos modos de vida local que, por ironia, constituem no presente o grande atrativo do turismo na Vila de Jericoacoara¹⁰.

Sobre o conflito socioambiental em latência em Jericoacoara faz-se necessária uma discussão mais aprofundada sobre as Políticas Nacionais de Meio Ambiente e das Unidades de Conservação e Parques Nacionais. A questão ambiental terá que ser pensada frente aos inúmeros interesses em jogo: 1) os da esfera governamental, que cada vez mais tem se eximido de tomar a si tarefas de interesse coletivo, como é a do cuidado, manutenção das áreas protegidas, preferindo entregar tal atribuição à iniciativa privada. Como o discurso presente em todas as políticas, bem como nos dos entes estatais e mesmo instituições da sociedade civil é o da sustentabilidade, é este um conceito a ser colocado à análise crítica; 2) os interesses do capital turístico que na experiência internacional não mostrou-se até hoje preocupado com questões sociais ou ambientais; 3) os interesses políticos que movem os representantes, em todas as esferas; 4) Os interesses dos moradores das áreas de conservação que conflitam com as leis ambientais em vigor.

A metodologia proposta, na articulação entre o paradigma hermenêutico (*avaliação em profundidade*) e o ecológico (*ecologia política*) mostrou-se pertinente ao estudo de situações de conflito socioambiental, dando-se atenção, em especial, aos diferenciais de poder entre os agentes envolvidos para uma melhor compreensão dos acontecimentos e das políticas públicas que provocam ou tentam interferir nesses conflitos.

Referências:

ARAÚJO, Antonia Gabriela P.; ARAGÃO, Lorena L.; RODRIGUES, Lea C. Turismo, populações tradicionais e ambiente. *Gaia Scientia*, v. Especial, p. 161-171, 2014.

BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003.

CHAVES, Maria José A. Trajetória do Programa Agentes de Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB): Subsídios

para uma avaliação em políticas de desenvolvimento. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado, 2010.

DUTERME, Bernard. *Turismo hoy: ganadores y perdedores*. Madrid: Editorial

Popular, 2007.

FONTELES, José O. Jericoacoara: *Turismo e sociedade*. Sobral, Ceará:

edições UVA, 2000.

GARIBAY MUNGUÍA, Genlizzie E. *El paraíso de los bajos fondos: turismo y cambio sociocultural en Zipolite, costa de Oaxaca*, Tesis de Maestría en antropología, CIESAS, México, 2012.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, Alícia F. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. *AVAL- Revista Avaliação de Políticas Públicas*, Fortaleza, nº. 1, jan-jun/2008.

GRABURN, Nelson. Antropologia ou antropologias do turismo? In: GRABURN, N.; BARRETTO, M.; STEIL, C. A.; GRÜNEWALD, R. A.; SANTOS, R. J. (orgs.), *Turismo e antropologia: novas abordagens*. Campinas, SP: Editora Papirus, 2009.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de micro-crédito. *AVAL- Revista Avaliação de Políticas Públicas*, Fortaleza, nº. 1, jan-jun/2008.

HAMPTON, Mark P. Backpacker tourism and economic development, *Annals of Tourism Research*, volume 25, Issue 3, 1 jul 1998, p.639-660.

KADT, Emanuel de. Introduction. In: KADT, Emanuel (coord.), *Tourisme. Passeport pour le Développement? Regards sur les effets culturels et sociaux du tourisme dans les pays en développement*. Paris: UNESCO/Banque Mondiale, Editions Economica (p 3-33), 1979.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.

_____. *Reagregando o social*. Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador, EDUFBA : Bauru, EDUSC, 2012.

LEJANO, Raul. *Parâmetros para a análise de políticas*. A fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

LITTLE, Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LÓPEZ SANTILLAN, Ángeles A. *Metamorfosis del paraíso la producción de isla holbox como destino turístico del caribe mexicano*. Tese de doutorado em Antropologia Social – Centro de Estudios Antropológicos – El Colegio de Michoacán, agosto, 2010.

¹⁰ Para uma apreciação mais detalhada sobre o debate sobre o turismo como parte de uma grande indústria que movimenta significativos capitais na atualidade e que se porta de forma excludente frente às comunidades locais vide Kadt (1979), Duterme (2007), Graburn (2009), López e Marin (2010).

LOPEZ SANTILLÁN, Àngeles; MARÍN GUARDADO, Gustavo (2010). Turismo, capitalismo y producción de lo exótico. Una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y la cultura. *Relaciones*, 123, vol. XXXI, p. 219-258.

MARTINS, Helenita Maria Teixeira Marques. *Turismo e práticas artesanais*. Efeitos da expansão turística sobre as crocheteiras da vila de Jericoacoara - Ceará. Monografia de final de Curso de Ciências Sociais, departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará-UFC, 2019.

MUNIZ, Lenir Moraes. Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.6, n.12, 2009.

OLIVEIRA, Roberto C. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

OLIVEIRA, R. J. de. Turismo backpacker – estudo dos viajantes internacionais no Brasil. *Cultur Revista de Cultura e Turismo*, vol.2, nº1, p.89-104, 2008.

PINTO JÚNIOR, Valdeste Cavalcante. Avaliação da Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade com foco na cirurgia Cardiovascular pediátrica. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado, 2010.

ROBBINS, Paul. *Political Ecology*. A critical introduction. Chichester, UK: Wiley-Blackwell, 2012.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo, Vol. 5, Número Especial, p. 81-104, 2015.

_____. Avaliação de políticas e programas sociais: princípios teórico-metodológicos para uma avaliação em profundidade. In: FLORENCIO, Ana Maria Gama; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar O. (Orgs.). *Políticas públicas e Estado capitalista: diferentes olhares e discursos circulantes*. 1ed. Maceió: EDUFAL, 2013, v. 1, p. 69-78.

_____. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e subsídios para sua avaliação. *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*, Recife, v. II, , jun., P.62-78, 2011a.

_____. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. *CAOS. Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 17, p. 55-73, 2011b.

_____. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. *Civitas*, Porto Alegre, p. 527-544, set.-dez. 2010.

_____. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas*, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008.

RODRIGUES, L.C.; ARAÚJO, A.G.P. Pesca artesanal e projetos de desenvolvimento em Bitupitá, Ceará: os direitos das populações costeiras frente aos interesses empresariais e estatais. *Vivência*, Natal, vol.1, nº 47, jan/jun-2016.

RODRIGUES, L.C.; SANTOS, P.A. Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. *Cadernos do Leme*, Campina Grande, vol.4, nº1, p-67-93, jan/jun, 2012.

SANTOS, Potyguara Alencar. *Mito-Narrativas sobre paisagens móveis. Tempos e lugares de uma descrição etnográfica da vila de Tatajuba (Camocim – CE)*. Monografia de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Sociais, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2010.

_____. A Ritualística Fúnebre dos Povos do Mar: Cismogêneses e Semióticas das Performances Sociais, *Revista Proa*, Campinas, vol.1, nº 3, 2011.

SILVA, Igor Monteiro. *O mundo não é tão grande*. Uma etnografia entre viajantes independentes de longa duração. Fortaleza: Ed.UFC, 2018.

VASCONCELOS, Taciane Silva. Legislação ambiental em parques nacionais: abordagem antropológica do conflito socioambiental no Parque Nacional de Jericoacoara – Ceará. Monografia de finalização do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2019.

YANOW, Dvora. Interpretive Empirical Political Science: What Makes This Not Subfield of Qualitative Methods. In: *Qualitative Methods Section APSA*, 2003.

_____. *Conducting interpretive policy analysis*. Newbury Park, CA: Sage,2000.

_____. Reading as Method: Interpreting Interpretations. In: SCHATZ, Edward (Ed.), *Political Ethnography: What immersion brings to the study of Power*. University of Chicago Press, 2009.